

Colômbia México  
Venezuela Brasil  
Bolívia Honduras  
Costa Rica Cuba  
El Salvador Chile

# ENCRUZILHADAS

## DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

textos de Plínio de Arruda Sampaio Júnior Claudio Katz Atilio Boron Ruy Mauro Marini  
Marcelo Carcanholo Alexis Saludjian Fernando Prado Monika Meireles Rodrigo Castelo [org.]

Uruguai Paraguai  
Equador Panamá  
Haiti Guatemala  
Argentina Guiana  
Nicarágua  
Rep Dominicana

III PÃO E ROSAS

## Sumário

Prefácio **Virgínia Fontes**, 13

Apresentação **Rodrigo Castelo (org.)**, 21

### Parte I

#### **REFORMA, REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina, **35**

**Plínio de Arruda Sampaio Jr.**

Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?, **57**

**Claudio Katz**

Crise das democracias e os movimentos sociais na América Latina:

notas para uma discussão, **81**

**Atilio Boron**

### Parte II

#### **CONTRIBUIÇÕES À CRÍTICA DO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO**

A crise do desenvolvimentismo, **103**

**Ruy Mauro Marini**

Neoconservadorismo com roupagem alternativa:

a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington, **119**

**Marcelo Carcanholo**

Estratégias de desenvolvimento e inserção da América Latina na economia mundial. Os estruturalistas e neoestruturalistas da Cepal: uma abordagem crítica, **143**

**Alexis Saludjian**

Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos, **169**

**Fernando Prado e Monika Meireles**

O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica

do estruturalismo latino-americano, **191**

**Rodrigo Castelo**

## Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos

Fernando Prado

Monika Meireles

Houve um clichê nas análises de conjuntura política da América Latina no primeiro lustro do novo século: a virada à esquerda dos governos da região. As sucessivas eleições de Hugo Chávez Frias na Venezuela desde 1998, a vitória no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e sua posterior reeleição em 2006, a chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e a continuidade com Cristina Fernández, o triunfo eleitoral da Frente Amplia representada por Tabaré Vázquez no Uruguai em 2004, a ascensão de Evo Morales à Presidência da Bolívia em 2006 e, nesse mesmo ano, as conquistas de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua, além da disputa acirrada no Peru e da evidente fraude eleitoral no México, e, mais recentemente, a eleição de Fernando Lugo no Paraguai – todos esses processos políticos representam, é inegável, uma transformação de enorme importância para o quadro político latino-americano, marcado anteriormente pela investida neoliberal.

Após o relativo consenso sobre a mudança do panorama político latino-americano, alguns analistas políticos começaram a chamar a atenção à outra característica comum à maioria daqueles governos institucionalmente eleitos, a saber, o apelo ao desenvolvimento capitalista nacional como bandeira de ação. Um interessante texto nesse sentido é a análise realizada por Atilio Boron em seu artigo “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina” (2007). Nesse texto, Boron mostra como, apesar dos reiterados ensinamentos da história, segue presente o mito do desenvolvimento nacional na maioria dos governos chamados de centro-esquerda na região. Conforme argumenta, o

caminho que tais governos pretendem percorrer em sua suposta marcha ao desenvolvimento de um “capitalismo nacional decente”, como expressou Kirchner, foi encerrado há tempos e tal prognóstico era, já nos anos 1970, revelado pelos estudos sobre a dependência. No início de sua crítica ao mito do desenvolvimento capitalista nacional, o próprio Boron (2007, p.39) destaca as teorias da dependência pela “crucial relevância dada ao caráter histórico do desenvolvimento capitalista, o papel de seus diversos agentes, a inserção dos países num mercado mundial caracterizado por profundas assimetrias e a centralidade da problemática política e estatal”.

Apesar de ressaltar a importância daquelas teorias como paradigma fundamental para a compreensão da América Latina, o objetivo do seu texto não é “examinar os alcances e limites das contribuições dos dependentistas”, para ele “bem conhecidas na região” (Boron, 2007, p.40). É certo que a geração à qual pertence Boron realmente viveu a própria formação da teoria da dependência e fez parte dos acalorados debates que dela surgiram até os idos dos anos 1970, mas isso não pode ser facilmente estendido para o ambiente acadêmico da nova geração de cientistas sociais latino-americanos, especialmente no Brasil, onde várias obras ligadas ao tema da dependência sequer foram publicadas. Nesse sentido, o resgate dessa tradição é fundamental, não apenas pela rigurosidade acadêmica, mas, essencialmente, para que da herança viva desses aportes se erija um aparato analítico que sustente, simultaneamente, a crítica consistente ao “novo-desenvolvimentismo” e aos “governos de centro-esquerda”, assim como a construção política de transformação social radical. Realizar um pequeno passo nessa direção é, precisamente, o objetivo geral deste ensaio.<sup>1</sup>

Como se sabe, dentro do marco teórico da dependência não existe um pensamento homogêneo; não há uma única “teoria da dependência”, mas sim diferentes interpretações sobre o tema. De fato, a riqueza das análises sobre a dependência surgiu em grande medida como fruto de várias disputas teóricas – e, claro, políticas – realizadas durante as décadas de 1960 e 1970.<sup>2</sup> Precisamente pela diversidade teórica e metodológica, além das variadas filiações políticas, a tarefa de agrupar diferentes autores em determinadas correntes pode gerar controvérsias (Frank, 1992). Sem entrar no possível debate sobre qual seria a forma mais correta de enquadrar alguns autores em certas características, aqui se tomará a classificação de Cristóbal Kay (1989) em seu estudo das teorias latino-americanas sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois, além de oferecer um sólido suporte para fundamentar a crítica às atuais posturas novo-desenvolvimentistas, também permite, devido à facilidade expositiva, uma revisão adequada ao formato e alcance analítico de um artigo.

O autor propõe uma divisão simplificada em duas correntes: “dependentistas reformistas” e “dependentistas marxistas-revolucionários”. A diferença fundamental entre os grupos residiria na irreconciliável posição política derivada de suas análises: os dependentistas reformistas seriam orientados pelos preceitos modernizadores e desenvolvimentistas, enquanto, para os dependentistas marxistas, somente pela via da revolução socialista na América Latina seria possível a superação dos problemas intrínsecos à condição periférica.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> De fato, a revisão das origens, das principais teses e das diferentes correntes das teorias da dependência não é tarefa solitária; pelo contrário, esse esforço está dentro de um contexto de crescente recuperação do pensamento crítico latino-americano dos anos 1960-1970. Nos anos 1980, enquanto na América Latina a perspectiva da dependência perdia forças – apesar de seguir explicando várias características da formação socioeconômica latino-americana – nos EUA e em outras partes do mundo continuavam sendo publicados textos que buscavam

extrair os fundamentos daquela teoria, ainda que nem sempre através de um panorama completo e justo (Seers [org.], 1981; Chlicote, 1981 e 1984; Shannon, 1989; So, 1990; Hettne e Blomstrom, 1984). Na América Latina, o trabalho pioneiro e de maior importância de resgate do pensamento crítico latino-americano foi a coleção em quatro tomos sobre *Teoría social latinoamericana* (Marini y Millán [coords.], 1994). Sobre o tema, ver também *Theotônio dos Santos* (2000), *Marini* (2003 e 2006), *Osorio* (2004), *Sotelo Valencia* (2005) e o trabalho coletivo realizado pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Heigel et al. 2008).

<sup>2</sup> Para se ter uma ideia do tamanho do debate sobre a dependência na época, num texto de Theotônio dos Santos (1978) sobre *La cuestión de la dependencia escrito a finales dos años 1960*, pode-se contar, entre artigos e livros, mais de 65 referências sobre o tema.

<sup>3</sup> Entre os principais autores da corrente dependentista reformista, segundo Kay encontram-se: Fernando Henrique Cardoso, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Anibal Pinto. Entre os autores cujo trabalho se encaixa na visão marxista da dependência estariam Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Oscar Braun, Vania Bambirra, Anibal Quijano, Edelberto Torres-Rivas, Tomás Amadeo Vasconi, Alonso García e Antonio García. Em relação aos marxistas, essa divisão de Kay, apesar de bem completa, deixa de fora alguns autores que, estando uns mais outros menos influenciados pela noção de dependência, fizeram parte dessa corrente. Além dos mencionados, outros intelectuais são lembrados por Nildo Curiques (1995, p.90): Orlando Caputo, Marta Harnecker, Julio Lopez, José Valenzuela Feijóo, Roberto Pizarro, Cristian Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurelio García, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo García e Jaime Osorio.

A partir dessa ampla divisa, diante do profuso debate suscitado pelos estudos sobre o subdesenvolvimento e a dependência, e dado o curto espaço de um artigo, essa história intelectual se restringirá a contribuições particulares de alguns autores, consciente de que muito daquele rico debate – e, claro está, da mais relevante história concreta da luta de classes que o alimentava – será necessariamente descartado. Para realizar a tentativa de aproximação às teorias da dependência tendo em vista a nova conjuntura política latino-americana, aqui será revisada apenas, e de modo necessariamente sucinto, a corrente da teoria da dependência ligada à tradição marxista. Mais especificamente, abordaremos determinados escritos de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e, principalmente, Ruy Mauro Marini. Essa escolha se justifica, por um lado, pelo relativo desconhecimento de suas obras se comparadas à difusão que tiveram os autores considerados como reformistas e, por outro lado, pela agudeza de suas análises sobre a América Latina e a radicalidade de suas propostas políticas. A revisão mais detida da obra de Marini, por sua vez, deve-se à comum afirmação entre vários autores de que é com sua obra que se fundam as bases de uma teoria marxista da dependência (Kay, 1989; Ouriques, 1995; Osorio, 2004; Soleto Valencia, 2005), e também um exemplo de militância intelectual que sua figura inspira.

Não sobra insistir no caráter de aproximação proposto neste artigo, isto é, de contribuição não a uma revisão completa do pensamento sobre a dependência, mas sim de deixar um convite à leitura e ao estudo sistemáticos de uma linha de análise sobre a América Latina que se mostra atualmente vigente. Nesse sentido, a partir da síntese de parte da obra daqueles autores, nas considerações finais a intenção é sugerir algumas questões que permitam resgatar e reabrir a teoria da dependência como marco necessário, ainda que não único, de interpretação da presente conjuntura política da América Latina, voltando à questão mais geral do desenvolvimento e, ainda que tentativamente, apontando para os limites e possibilidades do arcabouço teórico da dependência como base epistemológica para pensar a realidade atual.

### 1. A perspectiva marxista da dependência: a saída revolucionária

Dentro da tradição marxista, as reflexões realizadas através do conceito de dependência, mais que fruto de um exame das posturas desenvolvi-

mentistas da Cepal, surgiram como expressão teórica de uma crítica prática às posturas dos Partidos Comunistas (PCs) da América Latina.<sup>4</sup> Em linhas gerais, a ideologia dos Partidos Comunistas latino-americanos se apoiava numa teoria de etapas do desenvolvimento capitalista, pregando que os países do então chamado Terceiro Mundo se encontravam em estágios feudais ou semifeudais. O resultado político desse diagnóstico levava à ideia de que era necessário fomentar, através de uma aliança tática com as burguesias nacionais, o desenvolvimento capitalista nos países latino-americanos, pois estes teriam que passar por uma “revolução burguesa” antes de imaginar a posterior “revolução proletária” (Löwy, 2007). A Revolução Cubana, ao não se encaixar nos modelos supostamente marxistas definidos desde Moscou, abriu definitivamente as portas para a crítica tanto teórica como prática aos PCs. Foi precisamente no calor dessa crítica que os estudos marxistas da dependência fizeram sua entrada nas ciências sociais da América Latina (Osorio, 2004).<sup>5</sup>

O “encontro” da perspectiva marxista com a noção de dependência não foi casual. De fato, as análises que seguiram o caminho iniciado por Marx tenderam a observar o capitalismo como um sistema mundial; os exemplos mais diretos são os trabalhos de Hilferding, Rosa Luxemburgo, Kautsky, Lênin, Bukhárin e Trotsky (Santos, 1978, p.333-354; Kay, 1989, p.140-144).

Além das contribuições do marxismo europeu, a perspectiva marxista da dependência também se alimentou da tradição latino-americana de pensamento crítico em sua busca por formular uma teorização própria

4 De acordo com Ruy Mauro Marini ([1990] 2005, p.66): “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que veem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da Cepal, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas”. Nesse sentido, mesmo reconhecendo a grande influência da abordagem histórico-estrutural cepalina, compreende-se melhor as análises e propostas daqueles teóricos que entraram no tema da dependência a partir da perspectiva marxista ao visualizar como se deu o desenvolvimento dessa corrente na América Latina. Sobre o itinerário do marxismo na América Latina, ver Löwy (2007) e Fornet-Betancourt (2001).

5 No Brasil, uma das organizações políticas que formularam sólidas críticas ao então PCB foi a Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (Polop), fundada em 1961, que abrigava, entre outros, intelectuais que posteriormente viriam a ser expoentes da teoria marxista da dependência, tais como Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Ruy Mauro Marini. Sobre a trajetória da Polop, ver Leal (1992), Mattos (2007) e Oliveira (2007).

para entender as especificidades da região e contribuir na construção de um arcabouço teórico que fundamente a prática revolucionária. Nesse sentido, pode-se dizer que existe uma linha formativa entre os aportes da teoria marxista da dependência e as reflexões realizadas por, para citar apenas dois exemplos, José Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella na década de 1920 (Ouriques, 1995).

No campo da história e historiografia latino-americanas, a crítica ao diagnóstico dos PCs se baseava, entre outros trabalhos, também na interpretação do “sentido da colonização” de Caio Prado Jr., para quem a entrada da América Latina no mercado mundial se realizou desde o princípio como parte de uma “vasta empresa comercial” ([1942] 2000, p.20), assim como na caracterização feita por Sergio Bagú da “economia da sociedade colonial” como essencialmente capitalista ([1949] 2005).

Junto a esse panorama esboçado a grandes traços – a Revolução Cubana, a crítica aos PCs, a tradição revolucionária latino-americana, a herança do próprio marxismo e das teorias criadas a partir dele em consonância com a luta política a partir da experiência russa, e os aportes historiográficos que buscavam analisar o papel da América Latina na consolidação do sistema mundial capitalista –, é necessário também recordar um acontecimento importante, que ajuda a explicar o surgimento inicial e a força teórica e política do que logo se tornou a vertente marxista da teoria da dependência: a reunião de uma série de intelectuais, muitos deles exilados de seus países de origem, no Chile desde meados da década de 1960 até o fútil golpe militar contra Salvador Allende em 1973 (Bambirra, 1978; Osorio, 1995).

Como fruto e expressão de todo esse clima político e intelectual de finais dos anos 1960 e começo da década de 1970, surgiu uma obra que, por seu ataque direto às posturas dos PCs latino-americanos e às posturas desenvolvimentistas em geral, assim como por sua enorme difusão, causou tremendo impacto nas discussões acadêmicas e políticas da época: trata-se de *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina*, de André Gunder Frank, publicado primeiramente em inglês em 1967, logo em espanhol 1970 e nunca editado no Brasil.

O objetivo principal de cada um dos cinco ensaios que formam o livro é explicitado já nas primeiras linhas do prefácio: “Esclarecer como a estrutura e o desenvolvimento do capitalismo, depois de haver permeado e caracterizado, desde há muito, a América Latina e outros continentes, continuam gerando, mantendo e fazendo mais profundo o subdesenvolvimento” (Frank, 1974, p.1).

Para sustentar essa tese, Frank parte de uma concepção sistêmica do mundo, dividindo-o já não entre centro e periferia (apesar de que utiliza esses termos em outros trabalhos), mas entre metrópoles e satélites mundiais, nacionais, regionais e locais. Sem se apegar formalmente a nenhuma teoria anterior, mas explicitamente influenciado por Paul Baran, Frank tenta demonstrar como, pela própria natureza exploratória do capitalismo, há uma tendência contínua e crescente de transferência do “excedente econômico” produzido nos satélites para as metrópoles. Essa estrutura se reproduziria desde o plano mundial ao local, formando uma cadeia em que o desenvolvimento de alguns países ou regiões se dava diretamente através do subdesenvolvimento de outros. Daí surgiu sua venturosa expressão sobre o que ocorria nos países satélites: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Para o objetivo de síntese aqui proposto, mais que retornar e avaliar cada um dos textos que conformam o livro em questão, cabe apontar para as ideias gerais que ali se colocam. Nesse sentido, é possível se valer de uma boa síntese sobre o pensamento de Frank realizada por Carlos Eduardo Martins (2006, p.177).

O modelo de Frank se desenvolve por um sistema complexo de relações em que as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites, mas que podem estar submetidas a metrópoles exteriores que as descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas. Essas nações seriam capitalistas desde a conquista colonial e o resultado desse processo de inserção no sistema mundial foi o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Para escapar dessa lógica de ferro e buscar o desenvolvimento, estas nações deveriam alcançar a autonomia e o socialismo.

Por um lado, o argumento de Frank foi alvo de severas críticas desde diferentes flancos.<sup>6</sup> Por outro, no entanto, sua obra levou muitos intelectuais a abordar novos problemas e teve um impacto prospectivo tremendo. De acordo com Kay (1989, p.162) e Osorio (2004, p.137), a contribuição de Frank, mesmo sem ter representado um avanço substancial na construção de uma teoria marxista da dependência, e apesar de estar apoiada mais em ideias geniais que numa base teórica rigorosa, ajudou a

<sup>6</sup> Kay (1989, p.157-160) resume uma das principais discussões geradas pelo trabalho de Frank: a controvérsia sobre modos de produção (produção *versus* circulação), debate também conhecido por “endogenistas” *versus* “exogenistas”.

desviar o olhar do marxismo latino-americano para os problemas próprios da periferia, entendendo esta como parte do sistema mundial capitalista, além de ter apontado a questões fundamentais e oferecido um caminho político preciso.

É nessa atmosfera crítica que aparecem os trabalhos de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. De acordo com Martins (2006, p.178), “a contribuição pioneira [de ambos] será a de apresentar uma teoria capaz de perceber o dinamismo das relações entre o externo e o interno e, portanto, de oferecer uma visão madura da dependência”.

Theotônio dos Santos foi um dos mais prolíficos “dependentistas”.<sup>7</sup> Aqui vale destacar seu livro *Imperialismo y dependencia*, obra de grande importância no contexto dos debates sobre o tema – lançado muito tardiamente, somente em 1978, reúne diversos artigos escritos e publicados em diferentes lugares desde finais de 1960 a meados de 1970, e no Brasil teve a mesma sorte do livro de Gunder Frank antes mencionado, ou seja, nunca foi editado. Theotônio dividiu sua obra em três blocos temáticos: “Imperialismo y corporaciones multinacionales”; “La crisis de imperialismo”; e “Dependencia y revolución”. Nas duas primeiras partes, como coloca Theotônio (1978, p.26), a intenção foi “analisar as formações sociais dominantes, a economia política internacional na época do imperialismo monopolista integrado e os elementos básicos da crise geral do capitalismo”; na terceira, sua análise se volta às “características próprias da situação de dependência na economia internacional, as modalidades de estruturas socioeconômicas que se produzem, o caráter específico que assumem as leis de desenvolvimento capitalista destas formações e finalmente os comportamentos cíclicos que tendem a ter”. É principalmente nesta terceira parte que realiza um grande esforço por sistematizar a perspectiva teórica da dependência, resgatar as origens desse conceito no campo marxista e defini-lo mais apuradamente para a realidade latino-americana.

Após traçar o caminho de ascensão e queda das teorias do desenvolvimento, revelando suas limitações tanto teóricas como políticas, e mostrar como o modelo de desenvolvimento prevalente entre 1930 e 1960 havia entrado em crise, Theotônio dos Santos se debruça especificamente

na definição de um conceito de dependência e sua aplicação dialética ao contexto latino-americano. Nesse ponto aparece sua definição de dependência que se tornou uma referência:

A dependência é uma situação na qual um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia a qual está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e autoimpulsionar-se, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo desta expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação de dependência conduz a uma situação global dos países dependentes que os situa em atraso e sob a exploração dos países dominantes (Santos, 1978, p.305).

O que importa ressaltar neste ponto é que essa perspectiva – em consonância com as conclusões a que tinham chegado, no plano político, a própria esquerda revolucionária após a Revolução Cubana e, no nível teórico, as críticas formuladas por André Gunder Frank – alerta sobre as falsas esperanças do desenvolvimentismo reformista como caminho de superação da situação de dependência (Santos, 1978, p.309).

Além de propor uma definição específica para o conceito de dependência e buscar sistematizar os aspectos teóricos, metodológicos e políticos que esse conceito acarreta, Theotônio dos Santos gerou uma interpretação própria sobre as formas históricas de dependência da América Latina: i) a dependência colonial, comercial-exportadora; ii) a dependência financeiro-industrial; e, iii) a dependência tecnológico-industrial. Sua contribuição mais fundamentada se concentra na “nova dependência”, buscando compreender sua realidade contemporânea a partir de um apurando esquema teórico-histórico. As conclusões que alcança a partir da análise da “nova dependência” são fundamentais no sentido de criticar as ilusões do desenvolvimentismo e de instaurar toda uma linha de estudo, interpretação e consequente ação política que busque entender as relações estruturais de dependência da região latino-americana.

De forma resumida – e, portanto, limitada – pode-se dizer que Theotônio procurou, através do conceito de dependência, entender a especificidade histórica dos países periféricos – no caso, dos países latino-americanos – visualizando-os como parte integrante do sistema mundial

7 Para um panorama completo da vida e obra de Theotônio dos Santos, ver o livro editado por Segura (1998).

capitalista e se afastando de qualquer ilusão igualitária em relação ao desenvolvimento capitalista dentro desse sistema, o que o levou a apontar a luta pelo socialismo como a opção necessária. E foi precisamente no âmbito dessas premissas teóricas e políticas, mas desde um nível mais elevado de abstração e rigoriedade conceitual, que Ruy Mauro Marini, em seus diversos artigos, em particular no ensaio *Dialéctica de la dependencia*, elaborou as bases da teoria marxista da dependência.<sup>8</sup>

Como toda obra relevante, a de Marini pode ser lida de diferentes formas. Seria possível revisá-la através dos diferentes níveis de abstração de suas reflexões, o que implicaria localizar os textos em que analisa as tarefas imediatas da luta política, os escritos de exame de conjuntura, as contribuições em relação à história intelectual latino-americana, sua interpretação da formação do Estado capitalista na periferia e também sua formulação teórica em termos marxistas sobre as especificidades do ciclo do capital na América Latina. Essa forma totalizante é talvez a mais adequada, mas sua realização completa requer um trabalho específico e mais amplo sobre a obra de Marini. Outra possibilidade seria revisar cronologicamente seus escritos, independentemente dos temas tratados e dos graus de abstração de cada reflexão, o que poderia dar um panorama interessante da evolução histórica de seu pensamento, ainda que, por outro lado, gerasse uma sequência pouco contínua de exposição. De todo modo, esse tipo de revisão também requereria maior espaço.

Considerando o objetivo deste artigo, esta revisão se centrará em dois conceitos fundamentais presentes na obra de Marini: a superexploração do trabalho e o subimperialismo. Ao focar a atenção nesses dois conceitos, é possível demonstrar que na obra de Marini existe, por um lado, um cuidado conceitual valioso e, por outro, uma crítica radical às propostas desenvolvimentistas para a periferia do sistema mundial capitalista.

Ao se apartar tanto de uma suposta ortodoxia que acaba por desfigurar a realidade latino-americana para encaixá-la a um modelo abstrato que lhe é alheio quanto do ecletismo teórico que adultera os conceitos para melhor pintar a realidade, em *Dialéctica da dependencia*, Marini

desenvolve uma contribuição imprescindível na formação de uma teoria marxista da dependência. Sua intenção fundamental foi dar elementos para a determinação da “legalidade específica pela qual se rege a economia dependente” ([1973] 1991, p.99) e, com rigor metodológico, Marini chega ao que considera o fundamento da dependência latino-americana: a *superexploração do trabalho*.

Segundo Marini ([1973] 1991, p.18), a dependência é “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Nesse sentido, a formação de um capitalismo dependente *sui generis* deve ser compreendida “tanto em nível nacional como, principalmente, internacional”. E, nessa visão revolucionária, tal condição dependente somente poderia ser superada através da eliminação das relações de produção que a engendraram (Marini, 1969 e 2000; Kay, 1989, p.145).

Marini procura compreender a formação das economias latino-americanas em função do processo de acumulação do capital, observando a inserção da América Latina no mercado mundial através da oferta de alimentos e matérias-primas. Nesse sentido, tomando em conta a estreita consonância da evolução histórica da América Latina com a dinâmica do capitalismo mundial, o trabalho de Marini buscou demonstrar que a incorporação da região no mercado mundial foi imprescindível para o processo de transferência do eixo de acumulação nos países centrais da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou seja, a acumulação de capital em tais países passou a depender menos da exploração simples do trabalhador que do aumento da produtividade de seu trabalho. Por um lado, a oferta de alimentos provenientes da América Latina proporcionou aos países centrais a redução do valor da força de trabalho, o que permitiu uma acumulação baseada na procura constante de maior produtividade. Por outro lado, a oferta de matérias-primas também oriunda em grande medida dos países latino-americanos retardou a tendência natural da acumulação à queda da taxa de lucro, na medida em que reduzia o valor não só da força de trabalho, mas também do capital constante. Porém, nesse processo, a produção latino-americana que contribuiu para essa mudança nos países centrais se deu fundamentalmente mediante uma superexploração do trabalhador. De acordo com Marini, é precisamente esse caráter contraditório do desenvolvimento latino-americano a essência da dependência.

<sup>8</sup> Conforme lembra Nildo Couriques (1995, p.98), já em 1965, num ensaio escrito originalmente para a revista cubana *Tricontinental* e logo editado em livro em 1969 (*Subdesarrollo y revolución*, outra obra nunca editada por completo no Brasil), Marini estabeleceu a premissa fundamental da análise da dependência: “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema mundial capitalista” (1969, p.3).



A superexploração do trabalho nos países periféricos, segundo Marini, é a forma encontrada pelos capitalistas de contrapor-se à perda de mais-valia que se dá por meio da transferência de valor que ocorre no mercado mundial. Marini esboça três formas fundamentais que os capitalistas, na busca por aumentar a massa de valor realizada para se contrapor à transferência de valor, utilizam para aumentar a exploração do trabalhador: o aumento da intensidade do trabalho; o aumento da jornada de trabalho; e a redução do nível de consumo mínimo para a reprodução da força de trabalho. Marini chama a atenção para o fato de que, nesses três casos, a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, ou seja, há superexploração do trabalho.

Na medida em que grande parte da produção latino-americana é destinada para o mercado internacional e, portanto, a falta de consumo interno não representa obstáculo para a realização do capital, a superexploração do trabalho não constitui um problema para a acumulação nos países dependentes. Na busca por entender o ciclo do capital nas economias dependentes, Marini percebe que, mais que uma transformação essencial na lógica de acumulação baseada na superexploração do trabalho, o processo de industrialização gerou um “novo ciclo da espiral” em que a acumulação dependente segue baseada na superexploração do trabalho.

Ocorre nesse processo o que Marini chama de separação das etapas de produção e circulação no ciclo do capital das economias dependentes. Essa separação, por sua vez, dá origem a uma estratificação das esferas de consumo, sendo a esfera alta de consumo procedente da mais-valia não acumulada e suprida pelo comércio exterior; e a baixa esfera de consumo representada pelos trabalhadores e suprida pela produção interna das economias dependentes. É essa estrutura que irá fundamentar o processo de industrialização nos países dependentes e, portanto, dar-lhes características distintas dos países centrais. Ao contrário do que ocorreria nestes, a industrialização na América Latina se deu sobretudo em função da economia exportadora e da oferta para a alta esfera de consumo. Isto em nada afetava a acumulação. Em realidade, na medida em que os bens manufaturados produzidos nos países periféricos continham uma elevada proporção de mão de obra, a competitividade continuava baseada na remuneração abaixo do valor da força de trabalho. O processo de industrialização nas economias dependentes, conclui Marini, apesar de ter mudado sensivelmente o caráter destas economias, não transformou seu principal aspecto: a dependência e a superexploração do trabalhador. Em outras palavras, a

acumulação de capital na periferia continuou voltada, principalmente, para o mercado mundial, e a superexploração do trabalhador seguiu presente como seu fundamento último. Conforme indica ao final de seu ensaio, estreitamente ligada ao processo de superexploração do trabalho se encontra a questão do *subimperialismo* (Marini, 1991, p.75-76).

De acordo com Marini ([1990] 2005), a primeira utilização desse conceito foi por ele realizada no artigo “Brazilian Interdependence and Imperialist Integration”, publicado em 1965 pela revista estadunidense *Monthly Review*. Pouco depois, em “Dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil”, publicado em 1966 na revista *Cuadernos Americanos* e posteriormente incluído no livro *Subdesarrollo y revolución*, Marini volta à questão do subimperialismo. Nesse artigo, antes de chegar ao conceito, Marini oferece uma ampla explicação do golpe militar de 1964, na qual entram, muito bem entrelaçados, elementos da estrutura econômica e fundiária do Brasil (latifúndios exportadores, aumento dos preços agrícolas, poder político da atuação chamada bancada ruralista), da conjuntura política interna e externa (lutas no campo e na cidade, perda salarial constante, ganho de peso político pelos sindicatos, Revolução Cubana, Guerra Fria etc.) e dos movimentos do poder político e do grande capital em nível mundial (expansão financeira, hegemonia estadunidense, investimentos externos diretos cada vez maiores e mais importantes econômica e politicamente etc.). Na explicação de Marini, esses elementos levam a um *impasse* na economia e na política brasileira que gera, em 1964, o golpe militar.

Naquele momento, o desenvolvimento da produção dado pelo investimento externo direto, controlado principalmente pelas multinacionais estadunidenses e que transforma toda a estrutura produtiva do país, é levado a cabo, contraditoriamente, mediante a restrição cada vez maior da participação dos salários na demanda, o que significa controle brutal da classe trabalhadora e superexploração do trabalho. A saída que os militares dão a essa situação é a associação subordinada aos interesses das multinacionais, isto é, ao imperialismo estadunidense, que se traduziu no linguajar diplomático de então em política de interdependência continental. O Brasil se apresenta, pois, como lugar de excelência para o investimento proveniente dos Estados Unidos, e se propõe a facilitar de diferentes formas a entrada do capital e a sua valorização.

Por que o prefixo “sub” ao caracterizar a política do governo militar convence com o imperialismo estadunidense? Nas palavras de Marini:

Nisso se distingue a política externa brasileira que se pôs em marcha depois do golpe de 1964: não se trata de aceitar passivamente as decisões norte-americanas (ainda que a correlação real de forças leve muitas vezes a esse resultado), mas de colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave (1977) 2000, p.67).

É interessante notar como Marini constrói sua argumentação: ainda que coloque como fundamental a especificidade do ciclo do capital nas economias dependentes, ressalta também o caráter conjuntural das opções que tomou a burguesia em conluio com os militares para que se figurasse plenamente uma política subimperialista. Além disso, Marini explica os movimentos próprios da sociedade brasileira tendo sempre em vista a dialética entre os fatores específicos da realidade latino-americana e as transformações do sistema mundial capitalista. E com base numa leitura atenta e rigorosa da realidade de sua época, Marini logra esboçar o conceito de subimperialismo como chave explicativa para a atuação do Brasil sobre a América Latina durante as décadas de 1960 e 1970, conceito que atualmente tem sido retomado para a análise do presente com grande pertinência.<sup>9</sup>

A breve revisão aqui proposta em torno dos dois conceitos fundamentais na obra de Marini – o de superexploração e o de subimperialismo – é apenas um primeiro passo na tentativa de resgatar as contribuições fundamentais desse intelectual que, mesmo sendo considerado por muitos o principal teórico ligado à tradição marxista da dependência, segue praticamente desconhecido para os novos cientistas sociais brasileiros. A partir de ambos os conceitos é possível gerar toda uma perspectiva analítica que mire para além dos critérios desenvolvimentistas. Conforme coloca Adrián Sotelo Valencia, um dos principais teóricos atuais ligados à teoria marxista da dependência:

(...) em sua versão mais radical, a teoria marxista da dependência não admite reformar o capitalismo como estratégia política de libertação e superação das desigualdades sociais e da exploração capitalista. Defende, pelo contrário, a superação através de uma nova ordem econômica, social e política qualitativamente distinta desse sistema (2004, p.223).

De fato, ao considerar a construção teórica de Marini – que se baseia, por sua vez, com rigor conceitual e metodológico, na obra de Marx, além de se inserir na tradição de luta revolucionária mundial e latino-americana, e para a qual o capitalismo dependente, atrado ao movimento do sistema mundial capitalista, tem como elemento essencial a superexploração do trabalhador –, nada seria tão ilusório como seguir a crença de que, por intermédio de uma série de reformas em busca do desenvolvimento capitalista, seria possível resolver as contradições próprias da condição dependente e periférica da América Latina dentro do sistema mundial capitalista.

Pois bem, ao retomar essa perspectiva e pretender avançar criticamente dentro daquela construção teórica, não se pode ignorar, porém, que, como também lembra Sotelo Valencia em outro texto (2006, p.213), o próprio Marini advertia que “a teoria da dependência não era uma teoria acabada, como tantos críticos sustentaram erroneamente; senão um esboço e um projeto que era, e é, necessário desenvolver”. Portanto, ao mesmo tempo que é preciso resgatar constantemente sua obra e conhecer seus aportes, é fundamental também realizar uma leitura crítica, consciente de suas possibilidades e limitações. Esse é um trabalho pendente para as novas gerações de intelectuais críticos latino-americanos.

## 2. Considerações finais: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo

Num texto escrito em 1992, Ruy Mauro Marini visualiza no horizonte a volta ao ideário desenvolvimentista. Em seu ensaio, dedicado à compreensão e consequente superação da “crise teórica” que sofriram – e em parte ainda sofrem – as ciências sociais latino-americanas quando comparadas com o ambiente intelectual das décadas de 1960 e 1970 – período em que, nas suas palavras, “as ciências sociais experimentaram um auge sem precedentes na América Latina, que se manifestou na produção de um sem-número de obras significativas, no campo da literatura econômica, sociológica e política” (Marini, 1992, p.67) –, Marini conclui com uma análise sobre a política e a ideologia do momento, apontando a um processo que se confirmaria uma década depois, com especial força no Brasil:

<sup>9</sup> Entre os trabalhos que discutem o conceito de subimperialismo a partir da conjuntura atual, vale destacar o de Mathias Luce (2007) e de Fábio Bueno e Raphael Beatrix (2008).

que respondiam ao comando da grande burguesia, o pensamento social latino-americano não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha reelizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região. (...) Por parte das forças progressistas, que buscam expressar as aspirações das grandes massas, o que se está verificando é o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência, o que – pela falta de um referencial dinâmico – tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado (Marini, 1992, p.99-100).

Atualmente, esse quadro de “volta ao passado” dos ideais nacional-desenvolvimentistas se revela tanto no plano da política como na academia. Após a ofensiva neoliberal, que varreu a América Latina na década de 1990, e a posterior onda de contestação popular iniciada com o século XXI, que levou ao poder governos considerados na época em um sentido amplo de centro-esquerda, a ideia de desenvolvimento renasceu das cinzas, tanto nos discursos políticos como nos meios acadêmicos, dando espaço a uma nova variação do desenvolvimentismo. Passada a onda neoliberal e a ressaca promovida pela contestação popular, a maré atual é o novo-desenvolvimentismo.

No Brasil, o projeto novo-desenvolvimentista se concretizou no meio intelectual num livro prefaciado por ninguém menos que o empresário e vice-presidente José Alencar, e cujo título diz ao que veio: *Novo-desenvolvimentismo*: um projeto nacional de crescimento com equidade social (Sicsú et al [Orgs.], 2005). Não cabe aqui resenhar as 17 contribuições que formam o volume; por ora basta apontar o fato de que em todas está presente a perspectiva de uma ampla aliança de classes que levaria ao desenvolvimento. As palavras do influente político e acadêmico Luiz Carlos Bresser-Pereira (2005, p.143) condensam a proposta:

O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento.

Mesmo com tom remoçado e novo vocabulário adequado à violenta realidade atual – alguns falam da necessidade de “blindar a economia” – não há muita novidade em relação ao velho desenvolvimentismo.

O desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e à classe média assalariada (Marini, 1992, p.79).

Não obstante sua pouca originalidade, o atual ideário novo-desenvolvimentista apresenta ao menos duas novas características, relacionadas entre si, que merecem destaque. A primeira se define pela constante limitação do debate ao binômio ortodoxo/heterodoxo bem particular da ciência econômica. Em contraste com as posturas dos autores ligados ao desenvolvimentismo inicial – Raúl Prebisch, Celso Furtado, Juan Noyola Vásquez, entre outros –, que procuravam elaborar suas análises através de uma reflexão que não se confinasse ao plano econômico e que tinham uma clara postura crítica em relação ao pensamento estabelecido, os autores atuais que propõem a construção de um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil se limitam à análise econômica tradicional, cujo traço essencial é o de camuflar, com conceitos da “economia vulgar”, os interesses capitalistas sob supostos “interesses nacionais”, sem entrar nunca em considerações de fundo sobre a natureza excludente do processo de acumulação de capital.

Além disso, e aqui aparece a segunda característica, as análises novo-desenvolvimentistas atuais têm como resguardo de possíveis críticas uma visão extremamente distorcida do que foram os debates sobre a dependência latino-americana. Se os ideólogos do desenvolvimentismo de então tinham que enfrentar minimamente o contrapeso político e teórico do marxismo, os novo-desenvolvimentistas atuais se colocam como pensadores quase radicais diante das diatribes neoliberais dos anos 1990 e, consciente ou inconscientemente, acabam por ignorar ou interpretar do modo mais raso possível as contribuições sobre a dependência latino-americana ligadas à corrente marxista. Em outras palavras, não obstante o fato de que tais contribuições, ao se verem confrontadas com a agudização da luta de classe, com o impacto da Revolução Cubana e com a crise do projeto desenvolvimentista original, geraram nas décadas de 1960 e 1970 um aparato analítico bastante crítico à ideia e à meta de desenvolvimento capitalista nacional, atualmente ainda causa confusão ou até mesmo susto tratar em termos marxistas da questão da dependência quando se fala em desenvolvimento na América Latina. Se essa caracte-

rística sobressai no Brasil é devido não só ao maior peso relativo da parte de sua burguesia que patrocina a contrapeso capitalista o neoliberalismo, mas também se explica pelo particular percurso que tiveram neste país as teses marxistas sobre a dependência.

Por essas e outras razões, a concepção novo-desenvolvimentista implícita ou explícita nas iniciativas de alguns governos da América Latina considerados de centro-esquerda retoma apenas parcialmente as questões teóricas pleiteadas pelos desenvolvimentistas de outrora. Os elementos trazidos à luz no novo debate constituem apenas uma parcela do que foi a discussão acerca do desenvolvimentismo. O que está sendo resgatado por alguns acadêmicos e integrantes dos gabinetes e das equipes econômicas dos chamados governos de centro-esquerda latino-americanos é somente o diagnóstico de que o “desenvolvimento” levará a maiores níveis de renda, quando comparado com o nível de renda de estruturas especializadas na monocultura de exportação. Essa não é a história toda. Ou seja, a proposta de reviver as teorias desenvolvimentistas seria mais sólida se realizada de maneira não enviesada, levando-se em conta os limites dessa estratégia que foram percebidos por vários intelectuais de então e que a própria história acabou por confirmar. Diante desse quadro, é, no mínimo, interessante notar que Atilio Boron tenha que repetir hoje algo que, há mais de 30 anos, foi explicado, tanto teórica como empiricamente, pelos autores que formaram o campo intelectual em torno da noção de dependência.

Não se trata, porém, de transportar, intocada e pura, a teoria marxista da dependência e aplicá-la ao momento atual. Nesse sentido, este ensaio é apenas um passo de revisão para oferecer elementos a uma postura crítica ao novo-desenvolvimentismo atual, que deve ser complementado futuramente com considerações também críticas àquela teoria, atualizando suas teses e confrontando as posturas políticas que lhe sustentavam com a realidade presente.

Sempre existirá a necessidade de dar esperanças aos países periféricos no sentido de que dentro do sistema mundial capitalista será possível alcançar uma melhor posição no “concerto das nações”. E para isso, nada melhor do que fomentar a ilusão do desenvolvimento. Precisamente para gerar uma base teórica mais sólida que ajude a superar tal ilusão, aqui se buscou mostrar que o apego à condição específica da América Latina e o sentido da práxis que tiveram os autores ligados à vertente marxista da dependência constituem aprendizados fundamentais para a geração que

nasceu nos anos 1980, cresceu nos 1990 bombardeada pela ofensiva neoliberal, teve os seus estudos formais sob a hegemonia do “pensamento único” nas ciências sociais aplicadas e atualmente vive importantes transformações na América Latina. Parte dessa geração busca entender e criticar as renovadas posturas desenvolvimentistas de governos como o de Lula no Brasil, sustentando no horizonte o ideal de construir outra política para outro mundo, e nessa busca parece se autoimpor uma diligente patrulha no sentido de não adentrar pela romântica trilha da iminência da revolução socialista – o que não significa, em absoluto, a descrença em sua possibilidade –, sem tampouco vacilar e incorrer pelo caminho do pessimismo imobilizador da análise acadêmica feita de maneira desapaixonada.

As renovadas posturas novo-desenvolvimentistas de governos latino-americanos eleitos após o cataclismo neoliberal fazem pensar nas formas de mudança social radical. Essa ponderação se alimenta, por um lado, do descrédito do espírito reformista e, por outro, da falta de certezas que balançam as posições revolucionárias, em particular aquelas de caráter nacionalista e institucional. Esse incômodo lugar, se bem pode levar, através de um olhar superficial a posturas conservadoras, permite também a autoconsciência crítica e a renovação de contribuições que, na órbita da discussão sobre o desenvolvimento e a dependência, explicaram e ajudaram a transformar a realidade de seu tempo.

#### Referências bibliográficas

- BAMBIRRA, Vania. *Teoria de la dependencia: una anticitica*. Cidade do México: ERA, 1978.
- BAGÚ, Sergio. *Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada*. Cidade do México: Conaculta, [1949] 2005.
- BEIGEL, Fernanda et al. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Glacso, 2006.
- BORON, Atilio. “Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina”, *Memoria*, n. 218, Cidade do México, 2007.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “Proposta de desenvolvimento para o Brasil”. In: SICSU, João; DE PAULA, Luis Fernando; MICHEL, Renaud (Orgs.). *Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

- BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. "A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea", *Anais*, VI Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, 2009.
- CHILCOTE, Ronald. *Dependence and marxism: toward a resolution of a debate*. Boulder: Westview Press, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press, 1984.
- FORNET-BETANCOURT, Raul. *Transformación del marxismo: historia del marxismo en América Latina*. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2001.
- FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 3ª ed. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_. "Latin American theories revisited: a participant review". *Latin American Perspectives*, n.19, 1992.
- HETTNE, Björn; BLOMSTROM, Magnus. *Development theory in transition*. Londres: Zed Books, 1984.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. Londres/Nova York: Routledge, 1989.
- LEAL, Leovegildo. *Política operária: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. Dissertação de mestrado, UFF, 1992.
- LÖWY, Michael (Org.). *El marxismo en América Latina. Antología: desde 1909 hasta nuestros días*. Santiago: LOM, 2007.
- LUCE, Mathias. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003 - 2007)*. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2007.
- MARINI, Ruy Mauro. "Contradicções y conflictos en el Brasil contemporáneo", *Foro Internacional*, v.4, n.20, 1965a.
- \_\_\_\_\_. "Brazilian 'interdependence' and imperialism integration", *Monthly Review*, v.17, n.7, 1965b.
- \_\_\_\_\_. *Subdesarrollo y revolución*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.
- \_\_\_\_\_. "Dialética de la dependencia: la economía exportadora", *Sociedad y Desarrollo*, vol.1, n.1, Santiago: mar, 1972.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª ed., corrigida e aumentada. Cidade do México: Siglo XXI, 1974.
- \_\_\_\_\_. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. Cidade do México: ERA, 1976.
- \_\_\_\_\_. "La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo", *Cuadernos Políticos*, n.12, abr.-jun. 1977.
- \_\_\_\_\_. *Dialética de la dependencia*. 11ª ed. Cidade do México: ERA, 1991.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo, Página Aberta, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil". In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Vozes, [1977] 2000.
- \_\_\_\_\_. "Memória: por Ruy Mauro Marini". In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, [1990] 2005.
- \_\_\_\_\_. MILLAN, Mária (Coords.). *La teoría social latinoamericana*. IV tomos. Cidade do México: El Caballito, 1994.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, USP, 2003.
- \_\_\_\_\_. "O pensamento latino-americano e o sistema mundial". In: BEIGEL, Fernanda et al. *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- \_\_\_\_\_. "Theotônio dos Santos: introducción a la vida y obra de un intelectual planetario". In: SEGREIRA, Francisco López (Org.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: Unesco, 1998.
- MATTOS, Marcelo Badaró. "Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967)". In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Araújo (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*, v.5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- OLIVEIRA, Joelma de. *Polop: os origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967)*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, Unesp, 2007.
- OSORIO, Jaime. *Las dos caras del espejo*. México D.F.: Triana Editores, 1995.

- OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: reproducción de capital y dependencia*. Cidade do México: Universidad Autónoma de Ziccatecas/Miguel Ángel Porrúa, 2004.
- OURRQUES, Nildo. *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese de doutorado, Facultad de Economía, Unam, 1995.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependencia*. Cidade do México: ERA, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SEEBERS, Dudley (Org.). *Dependency theory: A critical reassessment*. Londres: Francis Pinter, 1981.
- SEGREIRA, Francisco López (Org.). *Los retos de la globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*. Caracas: Unesco, 1998.
- SHANNON, Thomas. *An introduction to the world-system perspective*. Colorado: Westview Press, 1989.
- SICSÚ, João et al (Orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SO, Alvin. *Social change and development: modernization, Dependency and world systems theory*. Califórnia: Sage, 1990.
- VALENCIA, Adrián SOTELO. *América Latina: de crisis y paradigmas. La teoría de la dependencia en el siglo XXI*. Cidade do México: Plaza y Valdes, 2005.
- \_\_\_\_\_. "La vigencia del pensamiento marxista de Ruy Mauro Marini y la teoría de la dependencia". Disponível em: <http://www.redem.buap.mx/adrian.htm>. Acesso em: 21 dez. 2006.

## O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano\*

Rodrigo Castelo

O debate brasileiro sobre desenvolvimento e "questão social", assim como aconteceu durante a década de 1970 com as polémicas em torno da teoria do crescimento do bolo, da marginalidade social e da heterogeneidade estrutural, voltou vigorosamente neste início do século XXI sob o patrocínio de setores da esquerda nacional (Ridenti, 2009). Uma ampla bibliografia cataloga as múltiplas visões sobre o tema. Não é o caso, aqui, de sumarizar todo o volume editorial produzido. Podemos, todavia, reduzi-lo – sob pena de simplificarmos a riqueza do debate – a dois grandes blocos.

No campo conservador, investido de uma aura modernizadora, temos a visão da ortodoxia econômica. O consenso ortodoxo gira em torno de três linhas argumentativas: (1) o crescimento econômico, por si próprio, não trará a redução das desigualdades; (2) os gastos sociais no Brasil não são baixos; o que é preciso fazer é torná-los mais eficientes, melhorando a alocação de recursos e focalizando-os nos segmentos mais pobres; (3) propostas de desenvolvimento baseadas em investimento no "capital humano", reformas microeconômicas, programas de microcrédito etc. (Henriques, 2000; Iets, 2001; Barros e Carvalho, 2003).

O pensamento econômico heterodoxo, por sua vez, começa a sair do estado de torpor no qual se encontrava e ensaia os primeiros passos de uma contraofensiva ideológica, apostando no aprofundamento da crise do neoliberalismo na América Latina. Tem-se, desse modo, a gradual